

CCS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

PROCESSO

Nº 3.247/2025.....

NOME: Câmara Municipal

SÚMULA: Projeto de Lei Nº 3.247/2025

ASSUNTO: Autoriza o Executivo Municipal  
a firmar contratos temporários  
de trabalho.

DESTINO:



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
TAVARES - RS**  
"O PARLAMENTO ABERTO PARA O POVO"

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**Parecer nº 084/2025**

A Comissão permanente acima citada reuniu-se nesta data, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.247/2025 encontra-se viável para votação em plenário, com mediante parecer Jurídico da IGAM.

Sala da Comissão, 29 de setembro 2025.

  
**Elis Rodrigues**  
**Presidente CCJ**

  
**Jardel Porto**  
**Relator CCJ**

  
**Leone Machado**  
**Secretario CCJ**

**Parecer Aprovado**

(03) a (00)

OBS....



Porto Alegre, 25 de setembro de 2025.

## Orientação Técnica IGAM nº 20.001/2025.

I. **O Poder Legislativo de Tavares** solicita, ao IGAM, análise técnica sobre o Projeto de Lei nº 3.247, de 2025. A autoria é do Poder Executivo e possui a finalidade de contratar temporariamente um motorista.

II. “A investidura em cargo ou emprego público dependerá de aprovação previa em concurso público”. Este é um trecho do inciso II do art. 37, da Constituição Federal, o qual demonstra ser necessária a aprovação em concurso público para ingresso em um cargo ou função pública. Ainda neste dispositivo constitucional, é possível verificar o inciso IX, que discorre sobre a possibilidade de outro tipo de contratação, a que tem um tempo determinado. Essa possibilidade só é válida para os casos que “fogem” da normalidade, desencadeando situações que demonstrem uma necessidade excepcional, mas sempre ligada ao interesse público.

O Tema nº 612, do STF, mostra os requisitos aceitáveis para se realizar a contratação temporária, de modo que ela venha para cumprir uma demanda excepcional por um prazo determinado. Paralelamente, o Regime Jurídico dos Servidores de Tavares, Lei nº 1.776, de 2014, discorre sobre esta possibilidade de contratação a partir do art. 195<sup>1</sup>.

No caso concreto, o presente projeto pretende contratar temporária um motorista para a Secretaria de Trabalho, Ação Social, Habilitação e Cidadania, visto que o contratado temporário antigo solicitou a rescisão. Nesse sentido, os serviços prestados precisam continuar, como as visitas a domicílio de quem possui CadÚnico, além dos serviços prestados ao conselho tutelar.

O prazo de contratação está definido como até um ano, prorrogável por mais

---

<sup>1</sup> <https://leismunicipais.com.br/a1/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-tavares-rs>

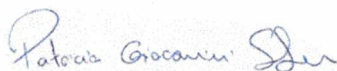
um ano em caso de necessidade administrativa. Não há impedimentos no prazo previsto, contudo, por se tratar uma nova contratação temporária, mesmo que a anterior tenha sido interrompida, recomenda-se que o Poder Executivo elabore concurso público durante a vigência desse novo contrato.

Por fim, o método de seleção está previsto como processo seletivo, atendendo ao princípio da impessoalidade e à orientação do TCE-RS.

### III. Conclusão

Conclui-se que o projeto de lei está, em sua essência, conforme os requisitos constitucionais e legais para contratação temporária. Nesse sentido, a viabilidade é confirmada, não havendo óbice a tramitação.

O IGAM permanece à disposição.



**PATRÍCIA GIACOMINI SEBEM**

Advogada, OAB/RS 87.679

Consultora Jurídica do IGAM





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS**  
**PROJETO DE LEI Nº 3.247/2025**

Excelentíssima Senhora Presidente,  
Senhores Vereadores:

Encaminhamos o presente Projeto de Lei nº 3.247/25, o qual autoriza o Poder Executivo a firmar contrato temporário de trabalho de 01 (um/uma) motorista a ser lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Ação Social, Habitação e Cidadania.

Tal contratação faz-se necessária pois a secretaria possui seus setores de bolsa família, conselho tutelar e demandas da própria secretaria.

O Governo Federal orienta que seja feita visitas a domicílio as famílias em vulnerabilidade social e que possuem Cadastro Único (CADÚNICO) e beneficiários do Programa Bolsa Família para averiguar a veracidade das informações.

O motorista da Secretaria de Ação Social também presta serviço ao Conselho Tutelar, órgão este vinculado à Secretaria de Ação Social, que tem diariamente denúncias a serem averiguadas, remoção de menores a serem entregues as famílias em outros municípios e até mesmo Estado e diligências policiais que solicita o acompanhamento do Conselho.

Tal solicitação dar-se-á pelo fato de um motorista ter pedido exoneração de seu contrato, ficando a secretaria desfalcada de um motorista, a secretaria de Ação Social quanto o Conselho Tutelar não pode ter suas demandas reprimidas por falta de motorista, salientamos que a Categoria da CNH D devido termos uma Van para transporte coletivo de passageiros.

Diante do exposto acima citado, certos de um retorno favorável, solicitamos a contratação temporária para suprir essa grande demanda.

Na certeza de contarmos com a colaboração dos Nobres Vereadores deste Colendo Poder Legislativo, renovo a V. Ex<sup>as</sup>. nossos protestos de apreço e elevada consideração.

Tavares/RS, 12 de setembro de 2025.

GILMAR  
FERREIRA DE  
LEMO:5510103  
8091  
Gilmar Ferreira de Lemos  
Prefeito Municipal

Assinado de forma  
digital por GILMAR  
FERREIRA DE  
LEMO:55101038091  
Dados: 2025.09.12  
10:21:25 -03'00'



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



PROJETO DE LEI Nº 3.247  
DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

*[Signature]*  
Antonio Carlos A.  
Vereador

Protocolo  
4499/2025  
Protocolado em 12/09/25  
*[Signature]*  
Secretário

AUTORIZA O EXECUTIVO  
MUNICIPAL A FIRMAR  
CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE  
TRABALHO.

Elis Reg  
PF

**Art.1º** - Fica o Poder Executivo Municipal de Tavares, autorizado a contratar temporariamente com base no art. 37, Inciso IX, da CF/88, 01 (um)(uma) motorista, com carga horária semanal de 35 horas, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Trabalho, Ação Social, Habitação e Cidadania.

**Art.2º** - As atribuições dos cargos, conforme exposto no art. 1º serão as inerentes ao fixado pela Lei Municipal nº 1.046/03.

Jardel A.  
PROC

**Art.3º** - O contratado perceberá o equivalente ao Padrão 06 do Quadro Permanente de Cargos, pagos em folha, decorrendo tais despesas da seguinte previsão orçamentária:

**08- Secretaria de Trabalho, Ação Social, Habitação e Cidadania** Izabel  
**2044 – Manutenção Secretaria de Assistência Social**  
**3214 - 319004 – Contratação por tempo determinado.**

**Art.4º** - A contratação será de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais 01 (um) ano em caso de real necessidade administrativa.

**Art.5º** - O servidor será contratado através de processo seletivo.

**Art.6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES**, aos 12 dias do mês de setembro de 2025.

GILMAR  
FERREIRA DE  
LEMOS:55101038  
091

Assinado de forma digital  
por GILMAR FERREIRA DE  
LEMOS:55101038091  
Dados: 2025.09.12  
10:21:05 -03'00'

**Gilmar Ferreira de Lemos**  
Prefeito Municipal

